



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação
Folhas: 125
Servidor: A

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

CONTRATO n. 0302004/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 230125004

INEXIGIBILIDADE n. IL/2025.007-CMSJA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DOS SOFTWARES FOLHA DE PAGAMENTO, EXPORTA-FOLHA, E-SOCIAL-FOLHA, RECIBOS DE PAGAMENTOS E HOSPEDAGEM DOS CITADOS SOFTWARES INCLUINDO O DE CONTABILIDADE NO SERVIDOR EM NUVEM DA AWS (AMAZON WEB SERVICES), PARA O LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA/PA.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 230125004- INEXIGIBILIDADE n. IL/2025.007-CMSJA.

O Sr. **SEBASTIÃO DA SILVA MERCES** – Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto sobre a matéria nos textos normativos que versam sobre licitações e contratos, e a celebração dos Contratos entre a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA/PA**, como **CONTRATANTE** e a empresa **MARCOS ANTONIO FEITOZA DA COSTA - ETICCAM - PROCESSAMENTO DE DADOS**, como **CONTRATADA**.

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR o servidor **Rones Sandro Dias dos Santos** - Diretor Financeiro, nomeado pela Portaria n. 003/2025- CMSJA, regulamente inscrito no **CPF n. 019.xxx.xxx-30**, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.

Art. 2º- Determinar que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos pela **CONTRATADA**, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III - atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º- Dê-se ciência ao servidor designado e publique-se.

Art. 4º- Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Palestina do Pará/PA, 03 de fevereiro de 2025.

SEBASTIÃO DA SILVA MERCES
Presidente da CMSJA